

**SOUSA GALITO, Maria (2006). Entrevista ao Dr. Amadeu Castilho Soares. In (2007) Trinta Entrevistas no Âmbito da Diplomacia Económica de Portugal no Atlântico. CI-CPRI, ENT, N°3, pp. 15-24.**

**ENT: Entrevistas**



Entrevistado: *Dr. Amadeu Castilho Soares*  
**Consultor da Câmara de Comércio e Indústria Portugal – Angola<sup>1</sup>**

*Dia: 13 de Dezembro de 2006, 17h*

*Local: Câmara de Comércio e Indústria Portugal Angola, Calçada do Marquês de Abrantes, 68, 1.º Lisboa*

*Duração da entrevista: 51m50s*

*MSG (Maria Sousa Galito), ACS (Amadeu Castilho Soares)*

**MSG:** *Agradeço imenso ao Dr. Castilho Soares, por me conceder esta entrevista. Quando mais desejar, podemos começar. Muito bem, gostaria de perguntar ao Sr. Dr. sobre as relações comerciais entre Portugal e Angola: estão mais dinâmicas com o fim da guerra civil em Angola e o seu subsequente rápido crescimento económico?*

*Pode estar a intensificar-se um “mercado da saudade” entre os dois países? Por exemplo, pode estar a crescer a oferta de livros sobre Angola antes e depois da Revolução de Abril? De CDs ou de concertos de música angolana; de intercâmbios estudantis, de professores, ou mesmo de artistas das mais variadas áreas, talvez estimulados por um maior interesse mútuo. Portanto, poderá estar-se a desenvolver ou a criar um novo mercado, que também contribua para melhorar as relações entre Portugal e Angola?*

**ACS:** «Digamos que se está a desenvolver um mercado que já existe há bastante tempo, com base na História e nas relações afectivas – não obstante factores políticos e de guerra. O factor afectividade continua subjacente.

«No período pós-1975 – com a Independência – Angola debateu-se com dificuldades várias. Portugal fora um país colonizador e explorador mas, não há dúvida que, para um país tão carenciado como Angola, Portugal também aparecia como uma fonte de recursos a quem tinham de estender a mão para receber ajuda. Uma questão necessariamente observada pelas potências internacionais.

---

<sup>1</sup> A Câmara de Comércio e Indústria Portugal – Angola é uma associação privada de empresas portuguesas e angolanas, que foi criada em 23 de Julho de 1987.

«Por exemplo, tal era paradigmático nos EUA – o principal país na economia e na política à escala mundial – cujas figuras influentes ligadas à Presidência consideravam indispensável que os empresários dos EUA realizassem parcerias tripartidas com Portugal; por causa do domínio da Língua Portuguesa, porque Portugal possuía pessoas com capacidade de adaptação a um meio que mais nenhum país – designadamente europeu – parecia possuir.

«Essa tendência, entretanto, parece ter-se diluído um pouco; embora, muito recentemente, tenha sido reafirmado por parte de pessoas influentes da política, a necessidade, a vantagem, a mais-valia dos empresários angolanos se associarem a empresários portugueses.

«Não obstante, tem-se verificado uma ascensão da China sobre Angola, do ponto de vista financeiro; mas também de mão-de-obra, capaz de suportar a falta de condições do meio angolano – clima difícil, isolamento, questões de higiene, carência de estruturas e de transportes, falhas nas comunicações, etc. – e que poucos trabalhadores europeus, mesmo pobres e carenciados, aceitariam comportar.

«Foi com alguma surpresa que encontrei tantos chineses na reconstrução de estradas e de caminhos-de-ferro; mesmo naquelas zonas – não sei se alguma vez estive em Angola, mas pode imaginar a imensidão daquele território de centenas e centenas de Km – desprovidas de boas redes de comunicação, que produzem grande isolamento nas populações.

«Os chineses estão a ser transferidos para Angola para trabalharem como mão-de-obra na reconstrução de estradas e de caminhos-de-ferro, um trabalho extremamente exigente e perigoso, realizado em péssimas condições.

«Mas o Estado angolano, por ser tão carente de recursos financeiros, é que se sujeita a importar mão-de-obra chinesa. Na maior parte das situações, limita bastante a emigração de trabalhadores estrangeiros, mesmo Portugueses, e faz questão de privilegiar o emprego a nacionais, obrigando as empresas que se instalam em Angola a contratar preferencialmente mão-de-obra angolana – por exemplo, nas petrolíferas.

«Angola é dos países africanos com uma maior percentagem de estudantes com cursos superiores que mais emigram para o estrangeiro, por Angola não ter actividades económicas que os absorvam e lhes proporcionem as condições de vida a que gostariam de ascender com base na sua formação académica.

«A teia social em que vivem – habitação de más condições, falta de água, de electricidade, de televisão e de telefone, e que hoje são intemporais na nossa civilização – desincentiva um trabalhador de formação superior, que legitimamente gostaria de garantir o seu bem-estar. Estas razões estão na base de uma forte emigração.»

**MSG:** *Neste caso, de emigração de cérebros?*

**ACS:** «Emigração, não só de angolanos que estudam em países estrangeiros e nesses procuram fixar-se, sem regressar a Angola; como de indivíduos formados em Angola mas que, com base nas suas qualificações académicas, pretendem emigrar e aproveitar

as suas afinidades, muitas vezes familiares, a Portugal, para não se sujeitarem às más condições que existem no seu país de origem.

«Mas, portanto, o Governo angolano exige que as empresas façam prevalecer – nos seus quadros de pessoal, em especial técnicos – um critério preferencial de contratação de angolanos. Por exemplo, as empresas, nas suas operações de marketing, disponibilizam estatísticas sobre a percentagem de angolanos que trabalham para elas. É uma fonte de promoção da própria empresa angolana.»

**MSG:** *E em relação às empresas portuguesas, estão a conseguir penetrar no mercado angolano?*

**ACS:** «É o tipo de informação que pode consultar no nosso site. As exportações para Angola têm vindo a crescer significativamente. O Governo português e o ICEP consideram Angola como um mercado a explorar, porque tem realmente grandes potencialidades; essencialmente nos sectores alimentares e dos equipamentos industriais; no sector vinícola, o volume de exportações portuguesas para Angola já ultrapassou o volume de exportações portuguesas para o Brasil; mas também no sector das tecnologias de informação, no qual se regista um avanço significativo junto de empresas privadas, mas também na Banca e na Administração Pública.

«Também porque a Língua Portuguesa proporciona às empresas nacionais uma acessibilidade ao mercado angolano, que empresas originárias de outros países não terão.»

**MSG:** *Portanto, no entender do Dr. Castilho Soares, as relações comerciais entre Portugal e Angola estão a desenvolver-se, muito embora a concorrência seja crescente num mercado angolano alvo de interesse de vários países, como a China?*

**ACS:** «E o Brasil, país que, tanto quanto Portugal, dispõe da vantagem da Língua Portuguesa. Para o Brasil, Angola é um mercado apetecível.

«Na construção civil, nas telecomunicações, na ajuda à Administração Pública, são talvez as áreas em que as empresas portuguesas estão mais fortemente implantadas em Angola; e no comércio em geral, mas já efectuado com intermediação de empresas localizadas em Angola – muitas delas com maioria de investimento português mas de direito africano.

«Aliás, é essa a tendência mais recente, fruto de exigências do próprio Governo angolano, para que as empresas que actuam naquele país não sejam apenas sucursais de empresas estrangeiras mas sejam empresas de direito angolano. E no caso de empresas importantes, o Governo angolano faz questão que possuam maioria de capital angolano.

«Dou-lhe um exemplo paradigmático, o da empresa portuguesa Unicer que exporta quantidades enormes de cerveja para Angola, país onde possui um mercado consumidor em expansão. Há uns três ou quatro anos, que a Unicer anda a tentar instalar uma fábrica em Angola, ainda sem o conseguir porque o Governo angolano exige que as empresas de uma certa dimensão tenham direito angolano e uma maioria de capital nacional. A dificuldade consiste em encontrar um parceiro local.»

**MSG:** *O mercado angolano é ainda muito proteccionista?*

**ACS:** «Continua a ser. Segundo o Banco Mundial, uma das fragilidades do *ambiente de negócios* em Angola, é a morosidade dos seus procedimentos burocrático-administrativos, que prejudicam e limitam o normal desenvolvimento da actividade privada. Isto tem muito a ver com uma certa *mentalidade* que ainda não foi ultrapassada.

«Os funcionários, para valorizarem o seu posto de trabalho, tendem a burocratizar e a dar muita importância àquilo que fazem. Em Portugal, contava-se uma história que mais parecia uma anedota: no Ministério da Agricultura, fizeram a experiência de enviar uma carta de um Departamento para outro, que ficava a cinquenta metros, e o processo levou não sei quantos dias, porque a bendita carta tinha de passar pelas mãos de vários funcionários.

«Na minha geração era muito frequente. As pessoas faziam prevalecer essas regras, porque o nível de escolaridade média dos funcionários da Administração Pública era a quarta classe ou o antigo quinto ano do Liceu. No final dos anos sessenta, o acesso à função pública e à actividade bancária, passou a ser o décimo-primeiro ano do Liceu. Era de esperar que com a elevação cultural dos indivíduos – com a sua maior instrução – se fossem ultrapassando esses *bloqueamentos* mas, infelizmente, tal ainda não se verifica.

«No meu entender, os empresários nacionais ainda possuem falta de cultura de gestão, uma forte limitação à actividades das empresas, a nível nacional e internacional. Os empresários portugueses alimentam ainda a cultura do *Chico-esperto*, do *desenrascado*, convencidos que chegam a Angola e encontram logo um parceiro.»

**MSG:** *Os empresários portugueses costumam actuar directamente no mercado angolano sem recorrer muito a embaixadas, é isso?*

**ACS:** «E não se preocupam minimamente em conhecer o mercado. Os empresários portugueses nem sempre procuram informações fidedignas que lhes permitam possuir um conhecimento básico sobre o mercado em que planeiam actuar.

«Com base na minha experiência pessoal posso dizer-lhe que há número significativo de empresários portugueses que se deslocavam a Angola, isoladamente ou em missões organizadas por associações empresariais, pelo próprio ICEP ou pela API, sem um mínimo de preparação. As viagens acabavam por ser meramente turísticas.

«Posso contar-lhe um exemplo paradigmático. Certa vez, fui convidado por uma Associação Industrial – um dos pólos da Indústria Portuguesa – a ter uma reunião com um grupo de empresários portugueses que planeava deslocar-se a Angola. Tive a preocupação de os alertar para a necessidade de se informarem sobre o mercado de destino, e que a nossa própria Câmara de Comércio lhes podia disponibilizar.

«Passadas umas semanas, apanhei um avião para Angola e surpreendi-me ao encontrar os ditos empresários como parceiros de viagem – eu sabia que iriam a Angola, só não sabia quando e, de facto, foi uma coincidência termos todos apanhado o avião no mesmo dia. A minha surpresa começou logo ao chegar a Luanda. Estava eu na fila para

mostrar o passaporte, quando sou abordado por um dos membros dessa Associação Industrial: “Sr. Dr., se não se importa, venha ajudar-nos que estão ali uns jornalistas que querem uma entrevista, por causa da chegada da nossa Associação, mas nenhum dos dirigentes gostaria de enfrentar os jornalistas.” Ao que eu lhe respondi: “O que é que eu tenho a ver com isso? Não posso ser eu a representar a Associação.” Mas insistiram tanto que, por uma questão de solidariedade de cidadão para com cidadão, aceitei fazê-lo. Ou seja, enfrentei os jornalistas sobre os objectivos da missão empresarial da Associação Industrial a Angola.

«Mas isto não parou por aqui. Para uma entrevista com o Primeiro-Ministro de Angola, foram buscar-me ao hotel, para os ajudar. Depois, numa reunião entre os empresários da Associação Industrial portuguesa e empresários angolanos, promovida pelo ICEP e pela Associação Industrial e Comercial de Angola, constatei que os portugueses estavam todos concentrados numa mesa sem interagir! Tive de ser eu a dinamizar a questão, a ir buscá-los à mesa para conversarem com os empresários locais; e eles, quase contrariados, lá iam!»

**MSG:** *Os empresários dessa Associação Industrial não aproveitaram a viagem a Angola para fazer negócios, é isso?*

**ACS:** «Foram em viagem turística!

«Para além da referida falta de necessidade de obter elementos informativos, é preciso não esquecer outro factor fragilizante e limitador da actuação dos empresários portugueses em Angola, e que é a falta de coordenação de entidades que têm como objectivo o mercado angolano e que, portanto, acabam por se sobrepor umas às outras.

«Recordo-me que, por duas vezes, o Ministro-adjunto do Primeiro-Ministro – que é hoje o homem chave do Governo de Angola, porque o Primeiro-Ministro é mais um elemento do partido; e quem tem realmente qualificações técnicas para a função é o Ministro-adjunto e o Ministro das Finanças – com quem sempre tive relações pessoais muito próximas, falou comigo sobre estas matérias.

«Na altura em que nos conhecemos, era Director do Gabinete do Investimento Estrangeiro. Chegou a desabafar que não tinha tempo para passar o dia a atender todos os empresários e entidades portuguesas que queriam falar com ele. Enquanto, no caso de outros países, ele atendia apenas um representante por universo empresarial e organizacional, no caso de Portugal havia múltiplas entidades com quem tinha de dialogar.»

**MSG:** *Não havia uma organização conjunta?*

**ACS:** «Exactamente. Encontrei-o uns anos mais tarde, num Seminário da Associação Industrial Portuguesa que teve lugar na antiga F.I.L., na Av. 24 de Julho. Nesse Seminário, foi visível uma certa incompatibilidade entre o representante da Associação Empresarial Portuguesa (AEP) com sede no Porto e o representante da Associação Industrial Portuguesa (AIP) com sede em Lisboa; e também com uma outra Associação que tinha ligações com a CPLP e que pretendia liderar todas as relações com os PALOP. Enfim, houve um confronto tal, que obrigou o tal ministro do Governo

angolano a intervir: “o melhor é entenderem-se primeiro, depois marquem reunião comigo”. Um exemplo flagrante do que se passa em Portugal.

«Para não falar do que tem acontecido nesta Câmara de Comércio Portugal Angola, criada há cerca de vinte anos pelas maiores empresas angolanas que, num encontro com empresários portugueses, lançaram a ideia de fundar uma organização que centralizasse as relações entre as partes; o que resultou numa Comissão instaladora que criou esta Câmara de Comércio; supostamente um centro polarizador de interesses mútuos que, na sua constituição, teve o apoio dos Presidentes dos dois países: o Dr. Eduardo dos Santos (Angola) e do Dr. Mário Soares (Portugal).

«Só que isso não contornou os ciúmes de outras Associações que reivindicavam para elas a exclusividade das relações Portugal/Angola! Como se fosse possível que essas Associações tivessem gabinetes específicos para todos os mercados potenciais – Argélia, China, Tunísia, Marrocos, França, Reino Unido, etc. – em que Portugal actua, ou nos quais gostaria de actuar. Era incumbência impossível de conseguir, do ponto de vista organizacional.

«Mas nunca nenhuma dessas Associações reconheceu essa incapacidade. Nem nunca verdadeiramente reconheceu a relevância da Câmara de Comércio Portugal Angola, que havia sido criada por empresas para corresponder à especificidade das relações entre Portugal e Angola. Resultado, as várias entidades sempre mediram forças, o que levou ao enfraquecimento desta Câmara de comércio enquanto Instituição.

«A Câmara de Comércio Portugal-Angola possui uma Delegação em Luanda, em Benguela e no Lubango. Tem sido a única entidade a divulgar informação fidedigna sobre o mercado angolano e as relações Portugal-Angola. Não obstante, Portugal tem duas Associações implantadas em Luanda junto da Embaixada. Portanto, não há uma organização única. Estão os três no mesmo edifício e cada uma promove o seu Seminário e o seu jantar. É um arraial!»

**MSG:** *Se assim é, não faria mais sentido, até do ponto de vista dos recursos, unir esforços e promover-se a concertação de iniciativas?*

**ACS:** «Pois. Isto é degradante para a imagem de Portugal e das capacidades portuguesas de missão.

«Por exemplo, numa das primeiras viagens que fiz a Angola por causa da criação desta Câmara de Comércio, compareci num jantar oficial. Na altura, tinha sido feito um acordo entre o Governo angolano e o Governo espanhol no sector das Pescas, pelo que muitos dos barcos que actuavam na costa angolana eram espanhóis; só que a frota inteira estava paralisada, por falta de parafusos e de óleos, etc. Mas ele disse-me: “Se fossem portugueses, arranjavam logo maneira dos parafusos e dos óleos não faltarem!” De facto, era isso que acontecia. Antigamente, se levassem um tractor para uma região onde não havia ligações, nem estradas, nem telefone, nem rádio, aquele tractor não deixava de trabalhar por causa disso!»

**MSG:** *O que o Dr. Castilho Soares me está a tentar dizer é que o individualismo da sociedade portuguesa se reflecte na mentalidade e na forma de actuar dos empresários portugueses em Portugal e no estrangeiro, neste caso em Angola; uma desvantagem*

*talvez contrabalançada com uma certa capacidade de resolver problemas em situações difíceis – o tal desenrascanço português – que outros povos não possuem. Será assim?*

**ACS:** «Toda essa capacidade criativa dos portugueses e de adaptação, de conseguirem contornar dificuldades existentes, era sobejamente reconhecida – neste exemplo que lhe dei, pelo próprio Ministro das Pescas, em relação à frota pesqueira espanhola que parecia atrapalhada.

«Só que depois, esse tipo de reconhecimento é enfraquecido pela incapacidade de organização dos portugueses.»

**MSG:** *Cito-lhe, se me permite, algumas palavras deste jornal: «A Presidência da União Europeia (UE), as relações com África e o ensino do Português no estrangeiro são algumas das prioridades da política externa portuguesa avançadas esta semana pelo Ministro dos Negócios estrangeiros, Luís Amado, numa reunião com a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. (...) Admitiu também que as estruturas do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) padecem de «problemas sérios», referindo nomeadamente o défice de organização e a falta de pessoal e defendendo que o MNE tem de funcionar «menos por rotina e mais por objectivos».»<sup>2</sup>*

**ACS:** «Dadas as fragilidades portuguesas – do ponto de vista organizacional, financeiro, tecnológico ou de cultura empresarial – o mercado angolano, ou os mercados africanos, aparecem como mercados apetecíveis, porquê? Por causa da Língua Portuguesa? Da ainda capacidade de adaptação dos portugueses a circunstâncias difíceis? Interrogo-me.

«África surge como objectivo político enunciado pelo Governo português. Mas com convicção de que é assim, ou apenas para dar ares de que é assim?»

**MSG:** *Portugal poderá manter relações com países africanos – lusófonos ou não – para servir de ponte entre os interesses europeus – potencialmente manifestos no seio da União Europeia – e interesses desses países africanos? Será uma questão geopolítica ou geoeconómica?*

**ACS:** «Nesta altura, também se considera que a Europa terá herdado um passado de ligações a África. É na Europa que estão as ex-potências coloniais e as ligações históricas parecem ser um privilégio herdado.

«Mas com a emergência de potências como o Brasil, e a intromissão da China e da Índia em África, para não falar no Japão, a Europa tem sido secundarizada nessa relação. Tende a sê-lo. Corre riscos de sê-lo.

«Hoje em dia até se questiona se o que a Europa tem vindo a proclamar como indispensável e como factor condicionante à sua solidariedade com África – a transparência na Governação, o combate à corrupção, a democratização, etc. – não tende

---

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Isabel (2006). Emissão centralizada em Lisboa prejudica emigrantes. Novos passaportes preocupam Amado. *Expresso*, Caderno Principal, 22 de Julho, p. 5.

a afastar a Europa de uma África que emerge enquanto mercado, mas que, em bom português, “se está borrifando para esses pormenores”!»

**MSG:** *Mas deixe-me ver se eu percebo as palavras do Dr. Castilho Soares. O que está a tentar dizer-me é que há um interesse neocolonizador encapotado, por parte das antigas potências europeias?*

**ACS:** «Não digo isso.»

**MSG:** *O Dr. Castilho Soares está a dizer-me que os países africanos, hoje independentes mas antigas colónias, estão a tentar abrir o seu mercado a várias potências para não se tornarem dependentes financeiramente de um país como no passado – em especial, para evitar que laços afectivos e históricos os ponham outra vez sob a alçada da antiga metrópole?*

**ACS:** «Não creio que haja um objectivo de neocolonizar as antigas colónias. Mas obviamente que, neste mundo globalizante em que há uma forte concorrência com outras potências – nomeadamente com os EUA e a China – a Europa não está sozinha nesses mercados africanos. A concorrência é mais do que muita!

«A mais-valia que os europeus possuíam, com base em relações privilegiadas com África, está talvez a diluir-se; não obstante o esforço dos franceses em manter uma Comunidade Francófona; dos britânicos em manter a Commonwealth; e dos portugueses em promover a CPLP.

«Mas não há dúvida que, se esses países africanos encontram outras fontes para vingarem a sua independência em relação às antigas potências coloniais, optam por isso. E “estão-se nas tintas” para as exigências de transparência na governação, de Democracia, e de combate à corrupção, feitas em contrapartida da Ajuda ao Desenvolvimento europeia.»

**MSG:** *É por essas razões que o projecto da CPLP não se desenvolve? Angola e Moçambique não parecem talvez desconfiados em relação às reais intenções de países como Portugal ou mesmo do Brasil em relação aos mercados africanos?*

**ACS:** «Não digo “desconfiança”. Pessoalmente, compreendo que esses países africanos desejem uma adesão à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, apenas baseada na Língua. Mas o objectivo era também usufruírem de outros proveitos, nomeadamente financeiros e económicos. Mas Portugal não é propriamente uma potência económica e financeira à escala mundial. A expectativa dos PALOP está a confrontar-se com a realidade. Portugal tem pouco dinheiro para dar e eles não podem, de forma nenhuma, receber de Portugal as benesses que desejam obter.»

**MSG:** *Portanto, no entender do Dr. Castilho Soares, a CPLP não poderá avançar para uma Comunidade mais económica? Ou seja, terá de manter-se no plano mais linguístico-cultural?*

**ACS:** «Dada essa fragilidade portuguesa – do ponto de vista dos recursos, mormente financeiros – resta o quê? Os sectores cultural e social. Os protocolos assinados costumam privilegiar essas áreas de entendimento.

«O Brasil é uma potência emergente, mas não está disponível financeiramente para estender a mão, como esses países necessitam e desejam.

«Há uma certa tendência para os países africanos estenderem a mão à beneficência dos outros. Mas, a certa altura, a própria Comunidade Internacional passou a limitar essas ajudas. África continuava a ter miséria e guerras fratricidas, e a Comunidade Internacional começou a despertar para o problema: «Então eles andam em guerra uns contra os outros, matam-se entre si, são pobres porque insistem em digladiar-se e em não se organizar enquanto povos. Então porque é que devemos ajudar essa gente?» Para piorar, conheciam-se exemplos de falta de transparência e de corrupção no uso das ajudas internacionais.

«A segunda Conferência de Doadores da Comunidade Internacional em Angola, nunca se realizou. Houve uma retracção. O Banco Alimentar contra a Fome (BA) está a suspender a sua ajuda a Angola e cerca de quinhentas mil pessoas serão fortemente afectadas com este corte nos recursos.»

**MSG:** *Sistemas como o Microcrédito podem ajudar? Sob a forma de alternativa, pode talvez incentivar ao empreendedorismo, não é assim?*

**ACS:** «Sem dúvida. Hoje em dia, já faz parte da política do próprio Governo angolano.»

**MSG:** *Quando estive a estudar na Universidade de Georgetown, em Washington D.C., frequentei uma palestra em que se falou sobre Microcrédito e me despertou para as possíveis vantagens deste sistema. E frequentei um Seminário sobre o flagelo do Tsunami na Ásia, e em que se alertava para o facto da Ajuda Internacional, por bem intencionada que fosse, estar a limitar o desenvolvimento do tecido empresarial local; porque as populações eram inundadas por bens doados, habituavam-se a receber as coisas sem pagar por elas, e os pequenos comerciantes não conseguiam vender os seus produtos. Pelo menos, era esta a versão defendida no Seminário a que assisti, mas incentivou-me a questionar estas matérias.*

**ACS:** «As pessoas habituavam-se. Do ponto de vista educativo... é deseducativo.»

**MSG:** *Ainda sobre a CPLP, qual a visão de futuro que o Dr. Castilho Soares antevê para esta Comunidade? Poderá aproximar-se de um projecto como a Commonwealth, por exemplo – enfim, do ponto de vista económico, não de hierarquia – partindo do suposto que, na CPLP, não existe um país dominante que encabeça um projecto conjunto?*

**ACS:** «Houve uma época em que a hierarquia era mais ou menos aceite. Havia um país mais civilizado e outros menos, no sentido de que um era rico em produção e conferia bem-estar às suas populações, e os outros eram países subdesenvolvidos e com uma população que, na sua maioria, vivia em grande pobreza. Existia uma certa hierarquia, como hoje existe uma hierarquia social entre ricos e pobres. Mas os tempos mudaram.»

**MSG:** *Mas existe hierarquia na CPLP?*

**ACS:** «Portugal já não era uma grande potência económica e política, pelo que não estabeleceu essa diferença. O plano de igualdade é mais normalmente reconhecido entre Portugal e as suas antigas colónias. Há uma tendência para existir uma cadeia de solidariedade horizontal.

«Mas independentemente de Portugal não ser uma potência económico-financeira, e dos PALOP não poderem estender-lhe a mão à espera de ajuda que lhes resolva todos os problemas, a verdade é que Portugal pode ajudá-los e eles acreditam nisso. Ou seja, Portugal pode ser um intermediário na Comunidade Internacional, que lhes permita aceder aos recursos de que precisam; nomeadamente junto da União Europeia, pela posição política que Portugal nela ocupa.»

**MSG:** *Agradeço imenso, Dr. Castilho Soares.*